

O EMPREENDEDORISMO NA BEIRA INTERIOR: O ESTUDO DE CASO DO IPCB E IPG

*Ana Maria Santos Pinto**

*Sara Brito Filipe**

RESUMO

O Espírito Empresarial é hoje considerado um dos principais motores de inovação, competitividade e crescimento da economia.

Este artigo surge na sequência de uma investigação, cujo objectivo foi o de conhecer a realidade subjacente ao empreendedorismo na Região da Beira Interior, inserido no quadro da prestação de serviços para a Espaço e Desenvolvimento, Lda, no âmbito do Projecto BI Inova.

Dada a cada vez maior escassez de emprego, é fundamental que os jovens criem o seu próprio posto de trabalho ou dinamizem as suas competências enquanto trabalhadores por conta de outrém.

Do estudo realizado resultaram quatro áreas estratégicas que deverão estar implícitas nas medidas a adoptar para a promoção do espírito empresarial nesta Região.

1. INTRODUÇÃO

A importância do espírito empresarial para a criação e desenvolvimento de pequenas empresas tem vindo a adquirir, nos últimos anos, um interesse crescente. É cada vez mais consensual a ideia de que não é possível garantir um desenvolvimento económico sustentado sem fomentar de forma activa o empreendedorismo de empresas inovadoras orientadas para as novas tecnologias ou assentes em vantagens competitivas sustentáveis.

Dado que o espírito empresarial é considerado o principal motor da inovação, da competitividade e do crescimento, a União Europeia (UE) tem vindo a empenhar-se na sua promoção, com vista a transformar a sua economia e a reforçar a sua competitividade. No entanto, e apesar desta consideração estar perfeitamente incutida no discurso comunitário, o facto é que os últimos relatórios dão conta que a UE ainda não explora totalmente o seu potencial nesta matéria, não conseguindo suscitar vocações empresariais. Segundo um inquérito de 2002 do Eurobarómetro, há três vezes mais Americanos que Europeus envolvidos em iniciativas empresariais.

Quando comparado com os restantes países da UE, e de acordo com o Eurobarómetro sobre o Empreendedorismo (2003), Portugal é o país em que os inquiridos mais vontade têm em ser trabalhadores por conta própria (71% em 2002), a contrastar com países como a

* Docente da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco

* Docente da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Holanda, em que a preferência em ser trabalhador por conta própria é de 30%, ou a Finlândia que apresenta o índice mais baixo (26%). Embora Portugal apresente um forte potencial de empreendedorismo, na realidade, essa vontade não corresponde à posterior iniciativa empresarial. Existe uma enorme disparidade entre ter a vontade em ser trabalhador por conta própria e realmente vir a sê-lo.

Com o objectivo de conhecer a realidade subjacente ao empreendedorismo na região da Beira Interior, foi realizado um estudo, do qual decorre este artigo, no quadro da prestação de serviços para a empresa Espaço e Desenvolvimento – Estudos e Projectos, Lda, no âmbito do Projecto BI Inova, inserido na Iniciativa Comunitária Equal. O seu objectivo foi o de aferir o espírito empreendedor dos estudantes dos Institutos Politécnicos de Castelo Branco (IPCB) e Guarda (IPG), para melhor delinear estratégias de apoio ao empreendedorismo.

Os promotores do Projecto enquanto entidades parceiras foram: os Núcleos Empresariais da Região de Castelo Branco (NERCAB) e da Guarda (NERGA); o IPCB; o IPG; as Câmaras Municipais de Castelo Branco (CMCB) e da Guarda (CMG).

A ideia que acompanhou todo este estudo foi a de que a região da Beira Interior não pode continuar a ser olhada como um espaço marginal, atrasado e desvitalizado, mas, antes, assumi-lo como um território de oportunidades decorrentes quer dos atributos consolidados endogenamente, quer do enquadramento exógeno. São já vários os factores que demonstram essa dinâmica: o reforço das acessibilidades, a posição fronteiriça no contexto ibérico, a presença de instituições de ensino superior, a aposta na capacidade de investimento, um leque diversificado de equipamentos e infra-estruturas e um conjunto de recursos naturais, patrimoniais e produções tradicionais.

Este estudo foi realizado com base numa pesquisa empírica, quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa baseou-se na realização de entrevistas semi-directivas às diversas associações regionais, autarquias e centros de emprego e inquéritos aos alunos finalistas (Bacharelato/Licenciatura) do IPCB e IPG. Da análise qualitativa, constaram entrevistas aos Presidentes do IPCB e IPG; a representantes dos NER's; a empresas de sucesso e à realização de dois “workshops” na Guarda e Castelo Branco, sob o mote “Empreendedorismo: Razões de sucesso e insucesso”.

2. O EMPREENDEDORISMO: ABORDAGEM CONCEPTUAL

2.1 A DINÂMICA E A IMPORTÂNCIA DO ESPÍRITO EMPRESARIAL

“O espírito empresarial é acima de tudo uma atitude mental que engloba a motivação e capacidade de um indivíduo, isolado ou integrado num organismo, para identificar uma oportunidade e para a concretizar com o objectivo de produzir um novo valor ou um resultado económico.”

(Livro Verde Espírito Empresarial na Europa, 2003)

A definição de Espírito Empresarial, adoptada pela UE, enuncia as principais questões que rodeiam o fenómeno do empreendedorismo. Desde logo, a ideia de que o espírito empresarial é uma atitude mental. Os aspectos culturais, sociais e políticos de uma sociedade têm a este nível uma influência determinante para modelar o espírito empresarial. Qualquer estratégia de promoção deve, deste modo, procurar formas de incutir na sociedade (indivíduos, instituições,...) uma atitude mais empreendedora.

Por outro lado, o espírito empresarial diz respeito a pessoas, às suas opções e acções para criar, adquirir ou gerir uma empresa, ou ao seu envolvimento no processo de tomada de decisões estratégicas de uma empresa. Empreendedor é alguém que, isolado ou integrado num organismo, tem capacidade para conceber, pôr em prática, e instalar nos que o acompa-

nam, uma atitude de desafio permanente, combinando o risco, a criatividade e/ou inovação. O empreendedor ou empresário não tem que ser necessariamente o proprietário ou o accionista de controlo da empresa, mas alguém com capacidade de assumir riscos e gosto pela independência e pela realização pessoal.

O espírito empresarial pode estar presente em qualquer sector de actividade ou empresas e pode manifestar-se ao longo das várias fases do ciclo de vida da empresa.

O espírito empresarial é, assim, uma realidade multifacetada, com influências que vão muito além da esfera empresarial. Em termos gerais, podem ser apontadas como mais-valias para uma sociedade/território empreendedora:

- **A contribuição para a criação de emprego:** Estudos recentes demonstram que são, cada vez mais, as novas e pequenas empresas as grandes criadoras de novos postos de trabalho. A Região da Beira Interior, ao ter como problema central/estrutural as baixas densidades populacionais, encontra no surgimento de novas empresas, um dos principais veículos para inverter esta realidade. A criação de novas empresas gera novos empregos e, conseqüentemente, fixa população. Este é, aliás, um dos grandes desafios que se colocam a esta Região, nomeadamente, no que concerne aos jovens que, na sua qualidade de portadores de conhecimento, dinamismo e de espírito para assumir novos desafios, constituem uma fonte privilegiada para encetar iniciativas empreendedoras.
- **O aumento da concorrência obriga as empresas a inovarem:** O aparecimento de novas empresas no mercado aumenta a pressão competitiva, obrigando-as a reagir mediante a melhoria da sua eficácia e/ou introduzindo inovação. Atendendo ao perfil da classe empresarial da Região da Beira Interior, ainda bastante ligado ao “modelo clássico da mono-indústria” (Henriques e Oliveira das Neves, 1986), o aumento da competitividade decorrente da entrada de novas empresas no mercado tem uma importância acrescida. É decisivo para esta Região operar uma reestruturação qualificante dos sectores tradicionais e, estimular o aparecimento de uma função empresarial inovadora e diversificadora do perfil de especialização.
- **Reforço da coesão económica e social:** Em regiões cujo desenvolvimento sofre de algum atraso, o espírito empresarial pode desempenhar um papel determinante no reforço da coesão económica e social, pois estimula a actividade económica e contribui para a criação de emprego.

2.2 AS PEQUENAS EMPRESAS COMO MOTORES DA COMPETITIVIDADE

No seio da UE é reconhecido o papel das pequenas empresas como um dos principais motores de inovação, emprego e integração social e local. A Carta Europeia das Pequenas Empresas, assinada em 2000 pelos Chefes de Estado e de Governo, constituiu um passo decisivo. Os compromissos assumidos neste documento adoptaram o princípio de “*pensar em termos de pequenas empresas*”, reconhecendo que estas são a “*espinha dorsal da economia europeia, constituindo uma fonte significativa de emprego, e um terreno fértil para surgimento de ideias empreendedoras*”¹.

Desde a sua implementação até à actualidade, a *Carta* tem vindo a expandir o seu âmbito geográfico (actualmente participam 35 países) sendo a sua acção considerada a “*pedra angular da política em matéria de pequenas empresas*”².

¹ http://www.eicpme.iapmei.pt/resources/download/Carta_Eur_PME_pt.pdf
² COM (2005) final, pag.3

Outro passo determinante da UE para o reconhecimento da necessidade de estratégias direccionadas para a promoção do empreendedorismo, foi a adopção do procedimento BEST (Task Force para a Simplificação do Enquadramento Empresarial). Este procedimento surgiu a partir da *Task Force* BEST (criada em 1997 a pedido do Conselho Europeu) constituída por representantes da comunidade empresarial e das administrações públicas dos Estados Membros. Esta *Task Force* teve como missão redigir um relatório independente sobre as formas de melhorar a legislação e suprimir os obstáculos ao desenvolvimento das empresas europeias, particularmente das PME.

Em resposta às recomendações da *Task Force* BEST foi elaborado, pelos Estados Membros, pela Comissão, pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, o “Plano de Acção para Promover o Espírito Empresarial”. Pela primeira vez foram reunidos todos os aspectos da política que afectam o espírito empresarial e a competitividade a nível europeu e nacional.

A publicação do Livro Verde “Espírito Empresarial na Europa” em 2003, foi outro importante progresso no que se refere à agenda relativa a esta temática. Este livro ao ter como metodologia o método de coordenação aberta³, cujo objectivo foi suscitar a consulta pública acerca de uma série de questões essenciais, constitui um exemplo da importância que a UE concede ao reforço do diálogo com as PME e os seus representantes. Com base numa recolha exaustiva de dados, análises, inquéritos e experiências políticas, o Livro Verde abordou dez questões relacionadas com dois problemas fundamentais para a Europa: “Como produzir mais empresários?” e “Como conseguir que mais empresas cresçam?”. Estas dez questões estavam integradas em três pilares de acção: (i) Eliminar os obstáculos ao desenvolvimento e crescimento das empresas; (ii) Pesar os riscos e as recompensas do espírito empresarial; (iii) Uma sociedade que valorize o espírito empresarial.

2.3 ESTRUTURAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS

A existência de um conjunto de serviços de apoio à actividade económica, nomeadamente no que concerne à criação de empresas, é factor decisivo para promover a competitividade de uma região. O quadro 1 apresenta um levantamento dos principais programas/iniciativas/instituições que têm como objectivos explícitos apoiar a criação de empresas.

Do levantamento efectuado, podemos afirmar que existe um conjunto considerável de apoios à criação de empresas. Contudo, as recomendações e aspirações dos vários intervenientes na auscultação feita ao longo do estudo (entrevistas, inquéritos e Workshops) apontam como aspecto fundamental a criação de serviços de qualidade, de fácil acesso e compreensão e que estejam de acordo com as necessidades específicas de cada empresa. Neste domínio apontou-se como factor determinante a necessidade de estruturas concretas que informem, divulguem e aconselhem. Estes serviços são considerados valiosos na fase de arranque, e decisivos no desenvolvimento da empresa.

2.4 OBSTÁCULOS AO ESPÍRITO EMPRESARIAL NA REGIÃO DA BEIRA INTERIOR

Apesar do inegável papel que os empresários assumem na economia de uma região, o facto é que enfrentam ainda grandes obstáculos que se reflectem na produtividade e competitividade das empresas. A dispersão e insuficiência de alguns serviços (logísticos, administrativos,...) nas regiões do interior, acentuam as dificuldades dos empresários locais e desmotivam o surgimento de novos.

³ De acordo com este método, a Comissão proporciona uma plataforma aos Estados Membros no que se refere à definição de padrões e à recolha de boas práticas em áreas políticas de interesse comum, que lhes permitem melhorar as suas próprias políticas.

Quadro 1. Estruturas de Apoio ao Empreendedorismo

ESTRUTURAS PÚBLICAS	
Estruturas de Suporte	Tipo de Apoios/incentivos
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas locais de emprego (ILE´s) • ILE's de Apoio à Família • Para beneficiários de Prestação de Desemprego • Nichos de Empresas/Centros de Apoio à Criação de Empresas (CACE's). • Programa REDE (Consultoria, Formação e Apoio à Gestão de Pequenas Empresas)
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	<p>Eixo 1: Dinamização das empresas</p> <p>SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais. SIME - Sistema de Incentivo à Modernização empresarial. NITEC - Sistema de Incentivos à Criação de Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial DEMTEC - Sistema de Incentivos à Realização de Projectos Piloto relativos a Produtos, Processos e Sistemas tecnologicamente Inovadores</p> <p>Eixo 2: Qualificação dos Recursos Humanos Formação Profissional</p> <p>Eixo 3: Dinamização da envolvente empresarial Infra.Associativas</p>
ITP – Instituto de Turismo de Portugal	O ITP tem por objecto o apoio, directo ou indirecto, ao fortalecimento, modernização e desenvolvimento das estruturas empresariais do sector do turismo, bem como a promoção interna e externa de Portugal como destino turístico.
ADI – Agência de Inovação	Programa NEST , cujo objecto assenta na criação, dinamização, arranque e sustentação de empresas de suporte tecnológico, sob a forma de sociedade anónima.
ESTRUTURAS PÚBLICAS	
Estruturas de Incubação	Tipo de Apoios/incentivos
CACE – Centros de Apoio à Criação de Empresas	<p>As CACE's têm por objectivo fomentar o surgimento de novas empresas na área geográfica em que se inserem, tendo em vista a criação de postos de trabalho. Para o efeito têm associados ninhos de empresas criados por protocolo entre o IEFP e entidades vocacionadas para o desenvolvimento local. Cobertura Geográfica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CACE da Beira Interior – Seia • CACE do Vale do Ave • CACE do Nordeste Transmontano – Bragança • CACE do Alto Alentejo – Portalegre • CACE da Península de Setúbal – Setúbal • CACE do Algarve – Loulé • CACE do Vale do Sousa e Baixo Tâmega – Castelo de Paiva
NINHOS DE EMPRESAS	<p>São espaços físicos dotados de infra-estruturas de apoio técnico e material onde os jovens podem exercer actividades empresariais na área dos serviços. Funcionando na dependência da Fundação da Juventude, o seu principal objectivo é estimular a capacidade criativa empreendedora dos jovens, proporcionando-lhes os apoios necessários à constituição e desenvolvimento do seu projecto empresarial. Cobertura Geográfica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ninho de Empresas do Porto • Ninho de Empresas de Lisboa • Ninho de Empresas de Faro

ESTRUTURAS PÚBLICAS

Estruturas de Incubação	Tipo de Apoios/incentivos
SGM - Sociedades de Garantia Mútua	As garantias concedidas pelas SGM podem ser: <ul style="list-style-type: none"> • Empréstimos de médio e longo prazo; • Financiamentos de curto e médio prazo; • Garantias financeiras e/ou de boa execução de projectos; • Garantias Técnicas; • Operações especiais de crédito.

ESTRUTURAS PRIVADAS

Estruturas de Suporte à Incubação	Tipo de Apoios/incentivos
BIC – Business Innovation Centers	Os BIC's são um modelo europeu de centro de apoio à criação de empresas e à inovação integrada na EBN – European Business & Innovation Centres Network. Cobertura Geográfica: <ul style="list-style-type: none"> • BIC Santarém • BIC Algarve Huelva • CEISET – Centro de Empresa e de Inovação de Setúbal • BIC Madeira – Centro de Empresas e Inovação • CPIN – Centro Promotor de Inovação e Negócios • CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior • NET – Novas Empresas e Tecnologias – BIC do Porto • BIC do Minho – Oficina da Inovação
ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito	A ANDC é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e abrange todo o território nacional. A ANDC possibilita que pessoas em situação de pobreza e exclusão social iniciem uma actividade económica própria através da obtenção de um empréstimo que permita o desenvolvimento de projectos de natureza económica geradores de auto-emprego ou de micro-empresa.
FAME – Fundo de Apoio às Micro Empresas	A FAME é um instrumento de apoio ao investimento disponibilizado para empresários e empreendedores no sentido de promover o investimento produtivo.
SIM – Sistema de Micro Crédito	O SIM é um sistema de micro crédito para o auto-emprego e a criação de empresas com incidência geográfica na Região do Vale do Douro Norte. Este sistema consiste na disponibilização de uma linha de crédito para o financiamento de empresas e pretende ser uma solução de financiamento adequada ao contexto da Região, proporcionando uma maior celeridade de resposta aos pedidos de concessão de crédito.

O levantamento dos obstáculos e deficiências apontados na Região da Beira Interior, teve como base de apoio os inquéritos efectuados aos estudantes finalistas do IPCB e IPG, os questionários efectuados aos Centros de Emprego, às Autarquias e às Associações de Desenvolvimento Local, as entrevistas a actores relevantes no cenário regional e, os workshops realizados nas Associações Empresariais – NERCAB e NERGA. Deste modo, foram identificados os seguintes constrangimentos ao empreendedorismo:

- **Matriz cultural conformista e avessa ao risco:** A atitude cultural predominante da população adulta reflecte um forte enviesamento de preferências pelo trabalho dependente, se possível na dependência do Estado ou de empresas já estabelecidas. Esta preferência por um emprego estável decorre, em grande medi-

da, da atitude social de condenação do insucesso que prevalece. Falhar é censurado e apontado como uma prova de incapacidade do indivíduo regenerar e corrigir os erros. Esta mentalidade inibe a assunção de riscos e desmotiva potenciais empreendedores.

- **Fraca ligação entre o ensino e o mundo empresarial:** Apesar da inegável importância que o sistema educativo, e em particular o ensino superior, pode assumir para tornar a sociedade mais empreendedora, o facto é que ainda são diminutas acções específicas de promoção do espírito empresarial por parte do sistema educativo. Os vários relatórios que têm abordado esta temática revelam um cenário preocupante. O relatório GEM conclui que, de entre 29 países, Portugal ocupa o último lugar quanto ao impacto que o sistema educativo - em todos os seus níveis de ensino - tem no desenvolvimento da vocação empreendedora dos indivíduos.

O último relatório nacional (2004) sobre a implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas vem reforçar esta realidade. De acordo com o documento, embora se tenham encetado algumas iniciativas de reorganização “*não têm sido contempladas directamente as valências associadas ao empreendedorismo*”.

Da análise efectuada aos planos curriculares de ambos os Institutos Politécnicos, verificou-se a inexistência de disciplinas ou módulos directamente relacionados com a promoção do espírito empresarial. Apenas foram destacadas algumas acções esporádicas neste sentido, nomeadamente, realização de colóquios, seminários e visitas de estudo. Ou seja, foi claramente identificada uma lacuna que, por isso exige medidas concretas.

Os alunos finalistas são mesmo peremptórios relativamente ao papel desempenhado pelas instituições de ensino enquanto promotoras do espírito empresarial. Do universo inquirido, 60% afirma que o ambiente de ensino em que estão inseridos não os incentiva à criação do seu próprio emprego/empresa. Apenas percebem a vertente do empreendedorismo de forma genérica e vaga no conjunto de várias disciplinas.

- **Obstáculos de índole administrativa e regulamentar:** Um dos aspectos mais referidos na pesquisa efectuada foi o excesso de burocracia nos procedimentos administrativos e regulamentares. No caso das pequenas empresas este problema assume outra dimensão, uma vez que, na maioria dos casos, as empresas não têm recursos para contratar pessoal especializado que se ocupe de regras e procedimentos complexos. O perfil de uma grande malha de empresários da Região (baixas qualificações e ligados aos sectores tradicionais) acentua este problema, pois, os regulamentos administrativos estão, muitas vezes, desfasados da “*linguagem*” dos empresários.

Ainda relativo aos procedimentos administrativos foi bastante focado a lentidão e a falta de coordenação entre as várias entidades que estão no processo de criação de empresas. Quer os empresários auscultados, quer os responsáveis das instituições que, directa ou indirectamente, lidam com as iniciativas de apoio aos empresários (centros de emprego, IAPMEI, associações empresariais e de desenvolvimento) são unânimes em considerar que a morosidade dos processos administrativos e a desarticulação das instituições, não se coadunam com a velocidade e com as oportunidades do mercado, constituindo, por isso, um forte entrave ao lançamento de iniciativas empreendedoras. Defendem, por isso, a necessidade de entidades mediadoras, nomeadamente: tutores, agentes dinamizadores de iniciativas empresariais, gabinetes de apoio ao empresário/investimento, centros de incubação, entre outros.

Também os alunos finalistas reflectem uma preocupação a este nível. A excessiva burocracia surge como o terceiro obstáculo mais apontado à criação do próprio emprego/empresa.

- **Dificuldades de acesso ao financiamento:** O acesso ao financiamento foi apontado como o maior obstáculo para os novos empresários. Apesar da existência de sistemas de apoio, têm dificuldade em constituir as garantias necessárias para a obtenção de empréstimos bancários ou em encontrar capital de risco. Os bancos exigem antecedentes e garantias que não estão ao alcance das novas empresa, em especial as que desenvolvem actividades com base no conhecimento. Esta situação é ainda mais crítica para os jovens na fase do pré-arranque (estudos de viabilidade económica, por exemplo). Muitas vezes têm as ideias, mas faltam-lhes os meios (“capital semente” ou o micro-crédito) para as fundamentar de forma a serem concretizáveis.

Os inquéritos realizados junto dos estudantes finalistas vêm reforçar esta tónica. As dificuldades de financiamento foram apontadas como o principal constrangimento ao lançamento de uma empresa.

- **Falta de qualidade dos projectos de investimentos:** Um outro problema apontado, nomeadamente por quem lida, diariamente, com as candidaturas aos sistemas de incentivos foi a falta de qualidade dos projectos apresentados, quer ao nível da diversificação/diferenciação – “*mais do mesmo*” - quer do perfil dos candidatos em termos de falta de competências culturais e formativas, nomeadamente ao nível da gestão.

- **Tecido empresarial predominante em sectores tradicionais e empresários com baixos níveis de qualificação:** Do diagnóstico conclui-se que estamos perante uma Região com uma importante malha de empresas ligadas a sectores tradicionais, pouco dinâmica, vocacionada e dependente do mercado local que, por isso mesmo, cria pouco valor acrescentado e, conseqüentemente, cria empregos insuficientes e de baixa qualidade.

Esta insuficiência por parte da oferta de trabalho, implica a migração daqueles com melhores qualificações para o litoral do país e para outros países, o que acentua a desertificação humana da Região. Este abandono dos mais qualificados, além de contribuir para os défices competitivos das empresas existentes, leva ao não aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades empresariais através de iniciativas empreendedoras.

Assim, é premente a actuação integrada nos recursos humanos, nos recursos físicos e nos recursos financeiros da Região de forma a quebrar este ciclo vicioso iniciando um ciclo virtuoso do desenvolvimento.

Um outro aspecto bastante mencionado, nomeadamente pelos que lidam com as candidaturas, foi a falta de conhecimentos ao nível de gestão por parte dos empresários e potenciais empresários.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseou-se quer na recolha e análise dos vários estudos e planos existentes para o território, quer na pesquisa empírica quantitativa e qualitativa. Esta análise compreendeu as seguintes vertentes: (i) Levantamento dos recursos locais susceptíveis de contribuir para gerar actividades económicas; (ii) Levantamento dos principais problemas/obstáculos à criação do próprio emprego; (iii) Inquirição dos estudantes para identificação das motivações para permanecerem na Beira Interior e criarem o próprio emprego; (iv) Análise crítica aos planos curriculares existentes e de outras acções promotoras do empreendedorismo; (v) Sinalização de áreas potenciais e ilustrativas de criação de actividades económicas; (vi) Análise de soluções/dispositivos institucionais que potenciem o empreendedorismo.

A análise quantitativa baseou-se: (i) na realização de inquéritos por entrevista semi-directiva às diversas Associações regionais, autarquias e centros de emprego e (ii) realização de inquéritos aos alunos finalistas (Bacharelato/Licenciatura) do IPCB e IPG. Dessa popula-

ção foi retirada uma amostra de 414 indivíduos que abrangeu alunos dos seguintes cursos: Marketing; Recursos Humanos; Contabilidade e Gestão Financeira; Engenharia do Ambiente; Engenharia Mecânica; Engenharia Civil; Engenharia Informática; Engenharia Topográfica, Gestão – Ramo Informática; Contabilidade e Auditoria, Secretariado e Assessoria de Direcção; Turismo e Lazer; Engenharia Industrial; Engenharia Electrotécnica e das Telecomunicações e Gestão.

Da análise qualitativa, constaram entrevistas aos Presidentes dos Institutos Politécnicos da Guarda e Castelo Branco; a representantes dos NER's; a empresas tidas como exemplos de sucesso e a realização de dois “workshops” na Guarda e Castelo Branco, sob o mote “Empreendedorismo: Razões de sucesso e insucesso”.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A recolha de dados foi feita através de uma amostra estratificada e, uma vez que a “população-mãe” não é muito homogénea em relação às características estudadas, optou-se por decompor a população em estratos mais homogéneos mas capazes de reflectir a diversidade dos estudantes em análise. Assim, o critério seguido foi o seguinte: estudantes do ensino superior politécnico, finalistas e provenientes de cursos com uma vertente empreendedora, no sentido de serem cursos que proporcionem uma maior autonomia na identificação de oportunidades e criação do próprio emprego/empresa. Ou seja, estudantes do IPCB e IPG, provenientes de diferentes cursos e consequentemente com diferentes perspectivas acerca do empreendedorismo.

A partir da figura 1 podemos verificar que dos 414 inquiridos 49% são do sexo masculino e 51% do sexo feminino.

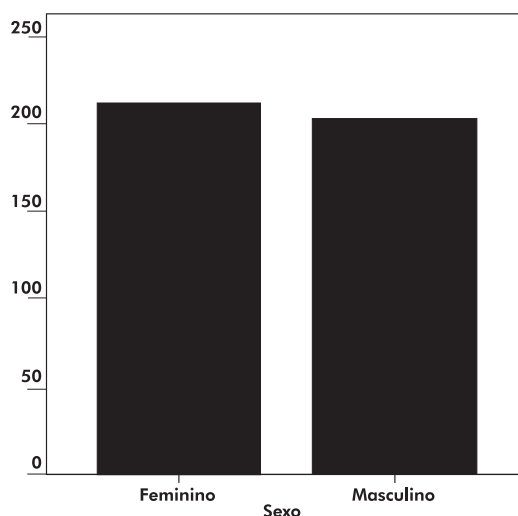


Figura 1. Sexo dos Inquiridos

É interessante verificar que existe uma paridade entre o número de estudantes inquiridos, do sexo masculino e do sexo feminino, na medida em que, boa parte dos cursos frequentados por estes estudantes eram tradicionalmente masculinos e, actualmente essa diferença de género está a desvanecer-se. De seguida apresentam-se os cursos e o número de alunos inquiridos.



Figura 2. Cursos frequentados

De acordo com a figura anterior podemos afirmar que o maior número de inquiridos provem dos cursos de Engenharia Informática e Engenharia Civil, visto que, ambos os Politécnicos possuem estas licenciaturas. O curso de Contabilidade e Gestão Financeira, do IPCB, é o terceiro curso com mais alunos finalistas inquiridos, seguido dos cursos de Turismo e Lazer e Engenharia Electrotécnica e das Telecomunicações do IPG e Marketing do IPCB. Os restantes cursos apresentam um reduzido número de inquiridos dado o diminuto número de estudantes que se encontram no último ano da sua formação.

4.2 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Uma das questões colocadas aos alunos finalistas inquiridos prendia-se com a opinião que os mesmos tinham quanto à promoção de iniciativas empreendedoras por parte da instituição de ensino por eles frequentada. Da análise dos dados, e como podemos verificar na figura 3, constata-se que a maioria dos estudantes (59,3%) entende que a instituição não leva a cabo acções que promovam o empreendedorismo.

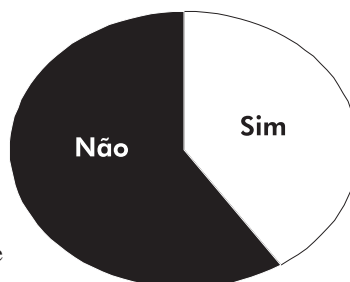


Figura 3. Promoção, por parte da Instituição de ensino, de iniciativas empreendedoras

Nas questões seguintes pedia-se aos inquiridos que identificassem iniciativas concretas de apoio ao empreendedorismo. A realização de colóquios/seminários foi apontada como a principal actividade desenvolvida pela instituição com o objectivo de promover o empreendedorismo, seguida da realização de estágios curriculares e de visitas de estudo, nomeadamente a eventos temáticos/feiras e a empresas de referência.

Contudo, quando se pede aos estudantes que enumerem as actividades que efectivamente podem fomentar o espírito empreendedor, a realização de estágios curriculares em empresas surge como a primeira opção, e, curiosamente, a leccionação de disciplinas directamente relacionadas com a área empresarial ocupa o penúltimo lugar da listagem, como podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 2. Melhores formas de fomentar o espírito empreendedor (por ordem de importância)

-
1. Promover estágios curriculares em empresas
 2. Colocar à disposição dos estudantes que pretendem criar o seu próprio emprego/empresa um gabinete de apoio
 3. Promover visitas de estudo a empresas de referência
 4. Realizar conferências/seminários relacionados com o tema do empreendedorismo
 5. Ministras disciplinas directamente relacionadas com a área empresarial
-

Logo, parece-nos que é necessário rever a cooperação entre as instituições de ensino e as empresas, de modo a permitir aos estudantes tomar contacto, ainda durante o curso, com a realidade empresarial a fim de perceberem a criação, estruturação e funcionamento de uma empresa, afastando alguns receios, nomeadamente aqueles que advêm do desconhecimento destas etapas.

De destacar, ainda, a necessidade que os estudantes sentem de um gabinete de apoio ao empreendedor, visto que apontam esta infra-estrutura logo em segundo lugar.

Apesar dos inquiridos não terem, ainda, criado o seu próprio emprego/empresa, entendem que o principal obstáculo com que um empreendedor se depara são as dificuldades de financiamento, seguido de um sistema de apoio à criação do próprio emprego e da excessiva burocracia. Todos estes obstáculos poderiam mais facilmente ser ultrapassados, ou minimizados, se existissem infra-estruturas e sistemas concretos de apoio e fomento ao empreendedorismo, como é o caso das Escolas Oficina.

Por outro lado, é de salientar que, apesar de habitualmente se identificarem os portugueses como conformistas e avessos ao risco, a verdade é que parece que essa matriz cultural se está a alterar, pois este obstáculo aparece em penúltimo lugar da listagem de sete possíveis barreiras com que um indivíduo se depara na criação do próprio emprego, como podemos constatar pela análise do quadro seguinte.

Quadro 3. Principais obstáculos à criação do próprio emprego (por ordem de importância)

-
1. Dificuldades de financiamento
 2. Ausência de um sistema de apoios verdadeiramente vocacionado para incentivar os recém formados a criarem o seu próprio emprego/ empresa
 3. Excessiva burocracia
 4. Desconhecimento dos mecanismos de incentivo existentes
 5. Ensino tradicional sem metodologias pedagógicas que fomentem a iniciativa
 6. Matriz cultural conformista e avessa ao risco
 7. Outros
-

Uma questão fulcral deste inquérito era, sem dúvida, aferir das intenções de criação do próprio emprego dos estudantes inquiridos. Dos 414 inquiridos, 26,5% afirmam que pretendem criar o próprio emprego após término do curso, como se observa na figura 4.

Da observação da figura 5 conclui-se que o sector onde mais estudantes pretendem desenvolver a sua actividade é o de Contabilidade e Gestão. Seguido em *ex-aequo* da Engenharia Civil e das Novas Tecnologias, depois pelo Turismo, área Comercial e Comunicação e Marketing. A indústria surge em sexto lugar, a par da Comunicação e Marketing, e logo de

seguida surgem outros serviços como os Recursos Humanos e a Saúde, havendo ainda alguns inquiridos que apesar de demonstrarem intenção de criar o próprio emprego ainda não sabem concretamente em que sector.



Figura 4. Intenção de criação do próprio emprego/empresa após término do curso

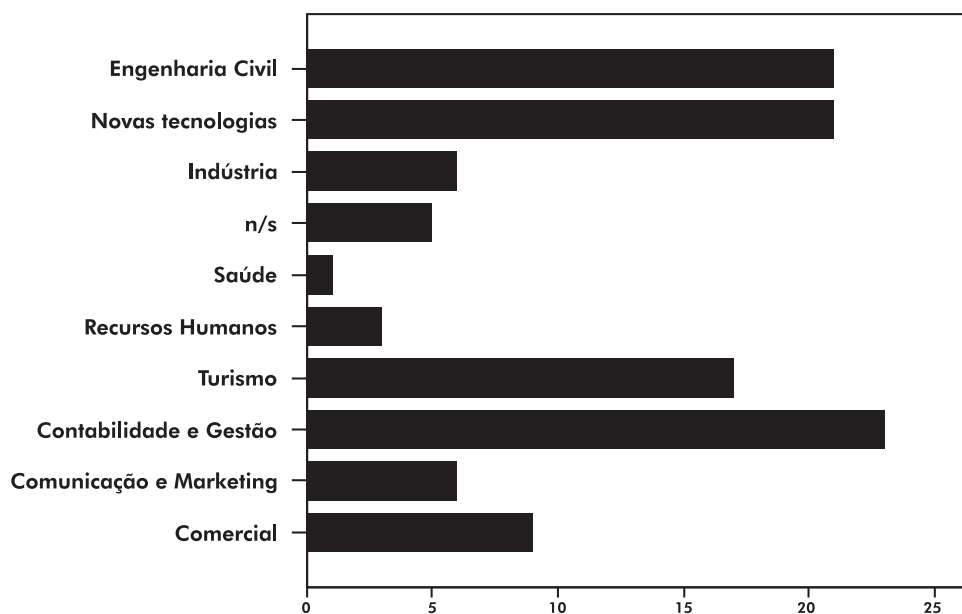


Figura 5. Sectores onde os estudantes finalistas pretendem desenvolver a sua actividade

Quanto às principais razões que levam à escolha destes sectores, conclui-se que são sobretudo de índole pessoal e de afinidade com o curso que estão a frequentar e, por último, baseada na tradição familiar.

Quadro 4: Razões para a não criação do próprio emprego/empresa (por ordem de importância)

1. Prefere deixar para mais tarde (depois de adquirida experiência profissional relevante a trabalhar por conta de outrem)
2. Dificuldades de financiamento
2. Insuficiência dos incentivos aos jovens recém formados para a criação do próprio emprego/empresa
4. Nunca se questionou acerca do assunto
5. Falta de perfil
6. Falta de motivação
7. Outros

Dos alunos inquiridos, 73,5% não pretendem criar o seu próprio emprego, contudo, a maioria não descarta essa hipótese. Preferem deixar para mais tarde e, enquanto isso, enten-

dem que é preferível ir adquirindo alguma experiência profissional trabalhando por conta de outrem, tal como podemos constatar pela análise do quadro anterior. A dificuldade de financiamento e a insuficiência de incentivos à criação do próprio emprego são outras das razões mais apontadas. Existem também alguns indivíduos que nunca se questionaram acerca da possibilidade de criarem o seu próprio emprego/empresa, bem como, entendem que lhes falta motivação e perfil.

Alias, em termos de perfil, um empreendedor é caracterizado pelos jovens estudantes inquiridos como alguém que gosta de arriscar, é dinâmico, possui um nível de conhecimentos adequado, tem espírito de liderança, ou seja, um empreendedor é uma pessoa ousada e inovadora que tanto sabe calcular o risco, como gerir um negócio tornando-o rentável e auto sustentado.

Para além das competências profissionais é também necessária alguma aptidão e determinadas características pessoais, o que vem ao encontro da opinião dos entrevistados e que claramente encontramos retratada na declaração do Presidente do IPCB ao afirmar que “...*não podemos fazer nascer um empreendedor, podemos sim, criar os tais contextos que favoreçam o seu surgimento*”.

5. CONCLUSÕES

Com base na pesquisa efectuada, quer através da análise empírica, quer através da consulta a estudos sobre a temática do empreendedorismo, é possível apontar **quatro áreas estratégicas** que deverão estar implícitas nos objectivos das medidas a adoptar para a promoção do espírito empresarial na Região da Beira Interior.

1. **Dinamizar a cultura empresarial:** Apesar de muitos indivíduos manifestarem uma preferência pela actividade empresarial (o caso português espelha essa realidade – cerca de 71% prefere trabalhar por conta própria), muitos não possuem a confiança, nem as competências necessárias para concretizar as suas ambições. Os indivíduos devem, por isso, ser expostos ao espírito empresarial e receber assistência especializada.
A consulta realizada salientou a necessidade de melhorar a imagem dos empresários e sensibilizar as pessoas para a carreira de empresário. Tal implica a promoção activa dos valores do espírito empresarial e a atenuação dos receios ligados à tomada de riscos. Foi sugerida a apresentação de uma imagem do espírito empresarial mais realista através de, por exemplo, factores que levam os indivíduos, com antecedentes e aspirações diferentes, a constituir empresas; apresentação de modelos de empresários bem sucedidos; realização de seminários/conferências; realização de feiras de ideias e financiamentos; promover visitas de estudo às empresas ao longo dos diversos níveis de escolaridade, etc.
2. **Orientar os empresários para a inovação e competitividade:** Devem ser disponibilizados apoios às micro e PME's, no sentido de retirarem as valências decorrentes das oportunidades existentes na economia baseada no conhecimento e na informação. Para tal, devem ser patrocinadas acções de forma a promover uma transferência mais eficaz entre a comunidade científica e a comunidade empresarial. A formação e o apoio, em especial aos novos empresários, foram apontados como requisitos prévios necessários à aquisição de conhecimentos e competências adequadas para gerir as suas empresas de forma competitiva, nomeadamente na área comportamental, nos chamados *soft skills*.

A troca de experiências e a cooperação, em aglomerados ou em redes, podem ajudar os empresários a aceder a tecnologia e ao conhecimento, a encontrar inspiração e aconselhamento ou à identificação de potenciais parceiros. A constituição de redes pode revelar-se especialmente eficaz em certos sectores ou para certos grupos de empresários mais vulneráveis.

3. **Melhorar os fluxos de financiamento:** Como foi expresso anteriormente, um dos principais obstáculos à criação de novas empresas é a falta de capital associado ao investimento. Grande parte dos comentários a este respeito confluiu na ideia da necessidade de simplificar e facilitar o acesso das PME's ao apoio financeiro. Destaca-se como imperativo o desenvolvimento do mercado de capital de risco, sobretudo o financiamento em capital semente, por exemplo, através do financiamento por *business angels* e dos investimentos por entidades privadas (*micro-angels*).
4. **Criar um enquadramento administrativo e regulamentar mais favorável para as PME's.** É indispensável simplificar e reduzir os obstáculos administrativos e regulamentares nas áreas pertinentes à actividade empresarial. A qualidade, flexibilidade, acessibilidade e rapidez foram aspectos salientados como elementos fundamentais para tornar o sistema administrativo e regulamentar mais eficaz e adequado à realidade empresarial. Para se alcançar este ambiente favorável, recomenda-se, entre outros, uma maior centralização e/ou coordenação de serviços com vista à criação de sinergias que permitam progressos efectivos. Nesse sentido, a criação de gabinetes do tipo “*one stop shop*” parece poder constituir um instrumento com algum potencial de sucesso, à semelhança do que já ocorreu noutros países, designadamente no Reino Unido.

6. BIBLIOGRAFIA

- Comissão Europeia (2000). Relatório sobre a implementação do Plano de Acção para Promover o Espírito Empresarial – documento de trabalho, SEC 1825 – Vol. I.
- Comissão Europeia (2002). *Flash Eurobarómetro 134 - Espírito Empresarial*.
- Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Livro Verde para o Espírito Empresarial na Europa*.
- Comissão Europeia (2004). *Plano de acção: A agenda europeia para o espírito empresarial*.
- GEM (2001). *The Global Entrepreneurship Monitor*. Portugal Executive Report.
- Henriques, J.M., e Oliveira das Neves, A. (1986). “Castanheira de Pêra: uma via para o desenvolvimento regional endógeno?”, *Sociedade e Território*, nº4, Maio. Porto: Edições Afrontamento.
- Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho (2004). *Relatório de Implementação*. Direcção Geral da Empresa.
- Stöhr (1986). “Territorial Innovation Complexes”, in Aydalot, Ph. (ed), *Milieus Innovateurs en Europe*. Paris: GREMI.

Contactos:

Ana Pinto - anapinto@esg.ipcb.pt

Sara Filipe - sarafilipe@esg.ipcb.pt